

Conjuntura Fazenda aposta que volta dos investimentos derrubará as limitações para o PIB potencial

País pode crescer dois anos sem restrições

27 OUT 2003

Claudia Safatle

De Brasília

A economia poderá crescer entre 3,5% e 4% ao ano por dois anos consecutivos, sem esbarrar em gargalos intransponíveis, se considerada a medida do produto potencial. E é exatamente nisso que o governo aposta, confiante que, mais do que nunca, todas as condições já estão dadas.

O PIB potencial é entendido como uma trajetória de crescimento econômico sustentável, que não provoca alterações importantes na taxa de inflação.

Muito se tem falado sobre os limites do crescimento no Brasil, dado por segmentos da indústria que estariam produzindo no limite da sua capacidade instalada, ou na oferta de infra-estrutura que poderia ser um fator limitante da expansão. Se tais restrições realmente existem, o relançamento do crescimento econômico — cujos primeiros sinais começam a aparecer — poderia ter vôo curto.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, porém, acredita que dois anos seguidos de crescimento são suficientes para fazer com que os investimentos retornem — movidos pelo aumento da demanda, pela queda da taxa de juros e pela clara

VALOR ECONÔMICO

manutenção da estabilidade macroeconômica — aumentando, assim, o PIB potencial. Este pode crescer pelo aumento do emprego, do estoque de capital e da produtividade. Dado o tamanho do desemprego no país hoje, de 12,8% da população economicamente ativa, esta não é uma restrição ao crescimento. A elevação do estoque de capital demanda reforço substancial da taxa de poupança interna, já que pelo lado da poupança externa, medida pelo déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, não há perspectiva de robusto aporte de recursos.

Nesse aspecto, a política fiscal geradora de superávit primário nas contas do setor público, joga um papel crucial na medida em que este deixa de ser um forte despouparador, assim como os efeitos da reforma da Previdência ao longo do tempo serão importantes para engordar a poupança doméstica.

Além da estabilidade, Lisboa ressalta a lista de medidas microeconômicas necessárias para a construção de um ambiente atrativo para novos investimentos, como a aprovação, nos últimos dias, do projeto da nova Lei de Falências pelo plenário da Câmara dos Deputados, e uma série de outras propostas que levam a dar segurança jurídica aos contratos de médio e



PAULO GIANDAGLIA/VALOR

Lisboa: dois anos seguidos de crescimento farão investimentos retornar

longo prazo feitos pelo setor privado, no Brasil. Há, também, a tão esperada definição de marcos regulatórios para setores de infra-estrutura. Em ambos os casos, porém, ao final de dez meses de governo, a agenda anda a passos

lentos, em conflito com a ansiedade do governo para mostrar resultados na atividade econômica e no emprego.

Estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, em meados do ano passado,

indica que o PIB potencial é da ordem de 4% a 5%. O estudo, feito pelo diretor do Ibre, professor Antônio Carlos Porto Gonçalves, considerou a média do período de 1970-1974 como o máximo da utilização da capacidade instalada, e a média do período 1994-2002 como indicador do atual nível de utilização dessa capacidade. E concluiu que haveria algo entre 4% a 5% de capacidade ociosa na economia. É também com um indicador semelhante que a área econômica do governo trabalha.

Porto Gonçalves mantém, para hoje, as projeções feitas na carta do Ibre de meados do ano passado. Ali foram feitas três simulações sobre possibilidades de crescimento do PIB de 2003 a 2005: uma pessimista, com taxa de investimento de apenas 15% do PIB; uma intermediária, onde a taxa de investimento cresce para 18% do PIB, e uma terceira, otimista, com investimento correspondendo a 20% do PIB. Como resultado, o PIB cresceria 1,75% ao ano, 3,7% ou 5,2%, nos cenários pessimista, intermediário e otimista para o triênio, respectivamente. A taxa de investimento, neste ano, está na casa dos 17% do PIB.

E, conversa com o **Valor**, Porto Gonçalves, assinalou que pelo fato do PIB, este ano, crescer apenas uns

0,5%, não houve aproveitamento da capacidade ociosa, o que deixa ao presidente Lula a possibilidade de, por dois anos, poder vislumbrar um crescimento de 7% da economia ou talvez um pouquinho mais. Daí por diante, terá que contar com ampliação do investimento e, nesse aspecto, ele tem dúvidas. O ambiente macroeconômico, diz, não é tão fantástico quanto se apregoa, porque não há gás para alimentar a demanda.

Do lado fiscal, ele aponta o sistema tributário como forte inibidor de investimentos no país. "A nossa carga tributária anda próxima a 40% do PIB, enquanto que ela é de 20% no México, 20% no Chile", ressalta.

Por enquanto, o aumento do investimento — variável chave para a economia brasileira entrar na fase de crescimento sustentado — é uma aposta. E o sucesso dessa aposta dependerá da disposição do investidor de alavancar seu patrimônio para ampliar o PIB potencial do país. E tal disposição dependerá, em grande medida, da taxa de retorno do investimento produtivo comparada aos juros que receberá das aplicações financeiras. Se a taxa de investimento crescer para 22% do PIB, o crescimento pode ser maior, de uns 5% ao ano. Por enquanto, porém, isso é sonhar demais.